



Anais da Assembleia

N.103

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 87.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1986.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Belinati e Djalma de Almeida César.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Edilson Alencar, Fuad Nacli, Homero Oguido, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos e Tadeu Lúcio Machado (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n.203/86, de sua autoria que dá nova redação ao inciso II, do Título "Dos distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos).

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação, para o Projeto de Resolução n.85/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da sessão de hoje, votos de congratulações dirigidos à Televisão Coroados Canal 3, pelo seu 23.º aniversário de funcionamento na municipalidade de Londrina, com conseqüente encaminhamento aos Ilustríssimos Senhores Edwaldo de Mello e Rubens Ávila, respectivamente Diretor-Geral e Chefe de Reportagem.

No bojo do já acelerado processo desenvolvimentista existente há vinte anos atrás, surgia a Televisão Coroados. Uma emissora que tornou-se também marco da história do Norte do Paraná, pois, sem exageros, como pioneira, caracterizou-se como um veículo de comunicação que não limitou-se a simplesmente transmitir programações, mas um veículo preocupado com os problemas daquela rica e imensa região, instrumento de defesa de seus legítimos interesses.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, nesta oportunidade, deixar de requerer o merecido registro nos Anais deste Poder Legislativo, o reconhecimento quanto à importância da TV Coroados, que, ao longo destes anos todos, manteve sempre uma linha de comunicação digna de exemplos muitos, fruto do trabalho sério e altamente profissional desenvolvido por sua equipe, a quem enviamos, em nome de todos os parlamentares, nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz George Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando projeto para construção de acesso com revestimento primário, ligando o Distrito de Aparecidinha D'Oeste ao asfalto de São Miguel do Iguazu à Missal, passando pelo Distrito de Caramuru.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Com a construção do referido acesso teremos condições de salvar as pequenas propriedades agrícolas que ainda existem na região, caso contrário acabaremos dando asas ao latifúndio, porque está ocorrendo bastante concentração de terras nas mãos de poucos, pois, o pequeno proprietário não consegue resistir, pela falta de escoamento da produção.

De nada adianta falar em reforma agrária, se não tivermos a capacidade de manter as pequenas propriedades que ainda existem. Eis, porque, urge a pavimentação deste acesso. Em que pese a região ter perdido muitas pequenas propriedades inundadas pelo Lago de Itaipu e a continuar o descaso do Governo para com esta localidade, a tendência, certamente, é o desaparecimento do pequeno proprietário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a criação do Distrito Judiciário de Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguazu.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Ilustríssimo Senhor Presidente do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido da realização de estudos visando a construção de sede própria para a agência dessa instituição bancária existente na municipalidade de Quinta do Sol.

A presente proposta é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Solange Marques. Na qualidade de Chefe do Executivo Municipal, atento à realidade de Quinta do Sol, afirma ser de vital importância a construção de sede própria para funcionar a agência do BANESTADO na cidade, em razão de que com instalações mais amplas e funcionais, o referido banco ficará adequado ao próprio porte da região, que aliás experimenta boa fase em termos de progresso.

Eis, pois, as razões que se apresentam, esperando serem elas suficientes para que tal solicitação encontre o respaldo esperado.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, encarecendo a implantação de um posto telefônico na localidade de São Martinho, pertencente à municipalidade de Araruna.

Tendo em vista o expressivo número de pessoas residentes em São Martinho, a referida localidade está a reivindicar, através do Excelentíssimo Senhor Doutor Romildo Joaquim Souza, Presidente do Poder Legislativo, a implantação de um posto telefônico, considerando ainda que, ao precisar fazer uma comunicação, as pessoas ficam por vezes impossibilitadas para tal.

Neste sentido, por tratar-se de uma justa postulação, que essa Companhia estude a viabilidade técnica e financeira para atendê-la.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, a destinação de uma viatura devidamente equipada para a municipalidade de Goioerê.

Além da sede do Município, a delegacia policial tem que atender os Distritos Administrativos que Bandeirantes d'Oeste, IV Centenário e Rancho Alegre d'Oeste, além de diversas outras localidades. Para tanto, é imprescindível contar com uma estrutura operacional à altura do porte de Goioerê, condição que, infelizmente, não existe.

Objetivando dar ao referido organismo

meios de realizar seu trabalho com maior eficiência no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade àquela população, é de vital importância a destinação de uma viatura devidamente equipada, conforme atesta o Excelentíssimo Senhor Antônio Bernardino Senna Neto, advogado, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e integrante do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social visando a implantação de clínica odontológica na municipalidade de Moreira Sales.

Tendo em vista a real necessidade de proporcionar condições e acesso às famílias de menor poder aquisitivo, quanto a tratamento dentário, o Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através de seu Presidente, Ilustríssimo Senhor Osmar dos Santos, conceituado advogado, está a reivindicar a implantação de uma clínica odontológica para tal finalidade.

Pelas razões que se apresentam e por tratar-se, sem nenhuma dúvida, de uma justa solicitação, espera-se a adoção de medidas que resultem nos benefícios desejados.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a destinação de gabinete dentário para o centro de saúde localizado na municipalidade de Campo Mourão.

A presente reivindicação é fruto de manifestação feita pelo Ilustríssimo Senhor Doutor José Ribeiro Ferraz, profundo conhecedor dos problemas relativos à saúde pública, onde também atua, afirma ser de vital importância a implantação de novo gabinete dentário, ante o crescimento de número de pessoas que procuram os postos e que precisam deste tipo de assistência, notadamente as de menor poder aquisitivo.

É de capital importância que essa Secretaria determine, pelas razões ora

discorridas, a adoção de medidas que resultem no imediato atendimento da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia o pronunciamento do Senhor Francisco Scarpari Neto, Presidente da Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda (COAGEL) da cidade de Goioerê, feito dia 19 último por ocasião da inauguração da primeira indústria de fiação de grande porte na microrregião de Goioerê.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Senhor Francisco Scarpari Neto, Presidente da COAGEL, Senhor Prefeito Municipal, Senhor Vice-Prefeito, bem como a todos os Senhores Vereadores de Goioerê.

Sala das Sessões, em 23/09/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

PROJETO DE LEI N. 218/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "AFA - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA ACARPA", com sede e foro na cidade de Curitiba - Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.86.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

A "AFA - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA ACARPA", constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Capital, e tem por finalidade a representação e defesa dos interesses gerais dos associados perante a ACARPA e demais entidades; o desenvolvimento de atividades, visando o crescimento e/ou aperfeiçoamento profissional de seus filiados, bem como a promoção de esportes e lazer e outras iniciativas, sempre visando o interesse e o bem comum dos associados.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades, atendendo às determinações para as quais foi criada, e seu desempenho junto aos associados tem sido da maior relevância, razões que por si só, justificam a nossa proposição.

PROJETO DE LEI N. 219/86

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ODIR GOMES DA ROCHA.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.86.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos prestar justa homenagem do Paraná a um cidadão que nascido no Rio de Janeiro, radicou-se desde 1942, em nosso Estado em prestando-lhe a sua capacidade de trabalho.

O "Curriculum Vitae" que anexo apresentamos comprova a justeza desta pretensão que ora propomos à consideração dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

"CURRICULUM VITAE"

Nome: ODIR GOMES DA ROCHA

Nasc.: 09.11.24.

Local: Campos - RJ.

Filiação: Manoel Moutinho da Rocha e

Honestalda Gomes da Rocha

Casado com Nancy Romig da Rocha

Descendentes: 4 filhos e 9 netos

Instrução: Secundária

Profissão: Funcionário Público Aposentado

Títulos Honoríficos

das seguintes instituições

Ordem do Mérito Machado de Assis - Confe-

deração dos Servidores Públicos do Brasil.

Comendador da Cruz do Mérito Cultural -

Ordem da Solidariedade

Cavaleiro - Boca Maldita de Curitiba

Do Mérito, na categoria de Colaborador n.1

- Soc. Columbófila de Curitiba.

Cursos de Aperfeiçoamento

Set. 1969 - Técnica de Chefia - Organização e Métodos. Patrocinados pela Assembleia Legislativa e ministrados pelo SESI.

Junho 1975 - Seminário de Administração, Chefia e Relações Humanas. Patrocinado e ministrado pelo Banco Bamerindus do Brasil.

Infância e adolescência no Rio de Janeiro. Começou a trabalhar aos dez anos, em serviços compatíveis com a idade. Órfão de pai aos onze anos.

De 1942 (março) a 1955 (outubro) - Prestação de serviço militar até junho de 1945. Funcionário civil do 2. Batalhão Ferroviário, Rio Negro - Pr. Dirigiu serviços de construção nas estradas de ferro Rio Negro/Bento Gonçalves, BR 116-SC, BR

277, trecho Laranjeiras do Sul/Cascavel. Gerente da Empresa de Ônibus Rio Negro Curitiba Ltda.

1955 (novembro) a 1969 (outubro) - Diretor Administrativo da Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP. Paralelamente: secretário da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração... (1958/1965), Diretor e Conselheiro da Sociedade Beneficente e Recreativa Santa Quitéria (1957/1966) tesoureiro da Sociedade Esportiva Palestra Itália (1957).

1962 (março) - Nomeado funcionário da Assembleia Legislativa do Paraná.

1969 (novembro) a 1984 (maio) - Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP. Reeleito em 1972, 1975, 1978 e 1981.

Alguns pontos da atuação da ASPP durante as gestões acima:

1 - Efetivo e rigoroso exercício da representatividade da Classe, perante os Poderes do Estado

2 - Participação ativa na elaboração e aprovação de legislação específica em benefício da ASPP e da Classe (exemplo: apresentou 29 sugestões de emendas, todas aprovadas e sancionadas, ao projeto do atual Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná - Lei n. 6.174, de 16.11.70)

3 - Gestionou e obteve a expedição pelo Estado, de dispositivos legais de interesse da ASPP e da Classe:

a) Lei n. 6174, de 16.11.70, art. 342 e § 2.

b) Lei n. 6504, de 07.12.73

c) Decreto n. 548, de 27.05.75

d) Decreto n. 1006, de 25.09.75

4 - Remodelação administrativa visando a dinamização dos serviços e do funcionamento da ASPP.

5 - Criação de agências e instalação de correspondentes em várias cidades, ficando mais próxima dos associados do interior

6 - Crescimento do quadro social de quatorze mil para quarenta e dois mil com ingresso de trinta e seis mil novos associados (início 14.000 + 36.000 novos - 8.000 falecidos ou excluídos = 42.000)

7 - Filiação à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil

8 - 1976 (outubro) patrocinou, realizou e sediou em Curitiba, Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil.

9 - Promoveu importantes reformas estatutárias, em 1970 e 1979, com os seguintes destaques:

a) inclusão entre os fins da ASPP o de "cooperar com o Poder Público no aperfeiçoamento da administração".

b) reformulando normas e critérios para composição do Conselho Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva

c) criando dispositivos de prote-

ção aos associados:

I - "a mensalidade só poderá ser elevada, quando houver aumento geral dos vencimentos para os servidores estaduais"

II - "o valor da mensalidade não poderá ultrapassar de cinco por cento (5%) sobre o do nível inicial da tabela ordinária de vencimentos"

III - "um quarto (1/4) do valor da mensalidade será, obrigatoriamente, aplicado na cobertura do pecúlio estatutário"

IV - "a Associação ressegurará, em companhia de seguro especializada e idônea, mediante aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscal, os riscos decorrentes da obrigação de pagar o pecúlio de que trata este Capítulo"

V - o reajustamento dos valores do pecúlio e do auxílio-funeral, será concomitante com o reajustamento do valor da mensalidade social.

10 - Construiu, baixou regulamento e fez funcionar a Colônia de Férias de Caiobá. Primeira etapa concluída em 1974, e segunda, em 1979. Pronta, a Colônia ficou constituída de 6.400m² de edificações, piscinas infantis (2) e semi-olímpica, garagem coberta para 98 veículos, cancha esportiva em pista de areia, com alambrado, salão de jogos, vestiários masculino e feminino com sanitários, chuveiros e armários, 113 apartamentos, com roupa de cama, para 572 hóspedes, restaurante, lavanderia industrial e demais instalações complementares.

11 - Construiu a sede própria (provisória), inaugurada em 1977, com 1.000m² de área construída, sita à rua 24 de maio, n. 248, deixando reservada na frente a área de terreno com 500m², para construção da futura sede definitiva.

12 - Regularizou perante a Prefeitura Municipal de Curitiba, a doação da área de terreno de 11.000m², em Santa Quitéria, onde construiu e inaugurou, em maio de 1983, na metade da área, piscina infantil (2) e semi-olímpica, cancha em piso de areia com alambrado e iluminação, cancha polivalente, vestiários masculino e feminino com chuveiros, sanitários e armários, salão com churrasqueiras, bar e demais instalações. A outra metade do terreno ficou reservada para a complementação de projeto de um Centro Social e Esportivo.

NOTA - As obras acima mencionadas nos itens 10, 11 e 12 foram inteiramente construídas com recursos provindos exclusivamente da contribuição social dos associados.

1985 (dezembro) - Aposentadoria.

PROJETO DE LEI N. 220/86
A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica assegurada a percepção do benefício dado pelo artigo 4.º, da Resolução n. 2/64, de 20 de fevereiro de 1964, aos funcionários que tiverem, no Poder Legislativo, serviço público contado para todos os efeitos legais e compreendido no período com direitos ressaltados pelo artigo 5.º, da Resolução n. 5/69, de 28 de abril de 1969.

Art. 2.º - Os benefícios financeiros não terão caráter retroativo, prevalecendo a partir da aprovação desta lei.

Art. 3.º - As despesas correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 23.09.86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estabelecer uma equidade entre os funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O triênio era benefício que, quando de sua implantação, atingia a todos os funcionários desta Casa de Leis. Posteriormente, ao ser revogado e, após algum tempo, novamente implantado, criou-se um hiato que causou a exclusão de cerca de 14 (quatorze) funcionários, desse benefício.

Assim, entendendo ser de justiça a adoção de medidas que restabeleçam a plena igualdade de direitos entre o funcionalismo desta Assembléia Legislativa, é que apresentamos o projeto de lei em questão.

Para tanto, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não há expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido da Frente Liberal.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança

ça do Partido Liberal.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Comunista Brasileiro.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Social.

(Declina)

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 203/86, de sua autoria, que dá nova redação ao inciso II do título "Dos Distribuidores" da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 85/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação para os Projetos de Lei n. 203/86 e de Resolução n. 85/86, acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 203/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que dá nova redação ao inciso II do título "DOS DISTRIBUIDORES", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do anexo da Lei n. 6.149, de 09 de setembro de 1970, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 85/86 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça (Projeto de Lei n. 97/85), que autoriza a realização de plebiscito,

na área que especifica, no município de Pitanga, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Nova Tebas. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 106/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ PIMENTEL DE CARVALHO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 195/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI e outros, que objetiva estruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 333/85, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO" com sede e foro na cidade de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 339/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina Escola Estadual "JOÃO MARIA CRUZ" - Ensino de 1º Grau a atual Escola Estadual "VILA VICENTINA" - Ensino de 1º Grau, situada na Vila Marumbi Uvaranas em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 40/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM WEISSÓPOLIS, com sede no Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 82/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a S. Santidade o PAPA JOÃO PAULO II. Com PARECER FA-

VORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 93/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO POMPÍLIO VACCARI, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 94/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina RODOVIA AGOSTINHO DUCCI, a Rodovia PR-218, que liga o Município de São Sebastião da Amoreira à rodovia PR-160. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 127/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 69/86), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Norte, partes das datas ns 1 e 2, da quadra 70, da planta geral da cidade do mesmo nome, com área total de 300,00m², havidas pelo Estado do Paraná conforme transcrição n. 15.607, do livro 3-M, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 58/86 (Mensagem n. 78/86, Ex-Proposição n. 82/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Termo de ajuste celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Esspecial para Assuntos Comunitários e o Município de Quedas do Iguaçu, visando a realização do Projeto Hortas Comunitárias. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 59/86 (Mensagem n. 36/86, ex-Proposição n. 52/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Termo Aditivo firmado em 02.12.85, ao convênio celebrado em 02.10.75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 60/86 (Mensagem n. 39/86, ex-Proposição n. 55/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos de Revigora-

mento de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras públicas nos referidos Municípios. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 61/86 (Mensagem n. 83/86, ex-Proposição n. 89/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 05.05.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, objetivando a prestação de assistência técnica para estabelecer plano de cooperação no sentido de desenvolver programas e projetos da SEIC na área de abrangência do Núcleo Regional de Pato Branco. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 113/83, de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO, que cria o Município de Rosário, com sede e divisas do atual Distrito Administrativo de Rosário com território desmembrado do Município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 113/83
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica criado o Município de Rosário, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Rosário.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Apoiamento: Erondy Silvério, Quiélse Crisóstomo, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Tuguio Setogutte e Odeni Mongruel.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios, em face de sua localização geográfica e diante de todos os requisitos que a Lei Complementar n. 2, de 18 de junho de 1973, há muito está a merecer sua emancipação político-administrativa.

Os recursos econômicos de que dispõe, serão potencializados com a posse do poder decidir sobre o seu futuro. Em Rosário já se estruturou um núcleo urbano capaz de centralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com o peculiar interesse.

A sua autonomia representará à popula-

ção, não apenas o reconhecimento de sua alta pujança, mas sobretudo funcionará como fator preponderante sobre todas as suas potencialidades econômicas, políticas, sociais e culturais, em prol de nosso Estado.

Esta razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 113/83

P A R E C E R:

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de município, o Distrito Administrativo de Rosário, desmembrado do Município de Grandes Rios.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novo município.

Retorna, agora, o projeto a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Assim sendo, cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais inexistindo óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 50/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA NOVA JERUSALÉM, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 27 de 16.04.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 50/85

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Roberto Requião, o Projeto de Lei n. 50/85, objetiva declarar de utilidade pública a Igreja Missionária Nova Jerusalém, com sede e foro na cidade de Curitiba.

De acordo com a documentação juntada pelo autor do Projeto, para cumprir a legislação pertinente à matéria quem, na realidade, presta assistência é a Associação Missionária Nova Jerusalém e por isso, segundo nosso entendimento, a declaração de Utilidade Pública deveria ser à Associação e não à Igreja.

Por esse motivo, somos de opinião de

que a presente proposição não deve ser apreciada e aprovada na forma em que está, mas sim, na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 140/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que revoga o parágrafo único, do artigo 18, da Lei n. 7567, de 12.01.82 (Regimento de Custas Judiciais do Estado). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 69 de 05.08.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 140/85

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa o presente plano de lei tem por finalidade revogar o parágrafo único, do art. 18, da Lei n. 7.567, de 12 de janeiro de 1982.

A matéria aqui versada tem por objetivo, como bem esclarece a justificativa apresentada por seu autor, revogar dispositivo do Regimento de Custas Judiciais do Estado, que estabelece critérios para a correção de custas, quando estas incidirem em feitos que hajam transações entre as partes ou desistências.

Não havendo óbice legal ou constitucional que possa impedir a sua normal tramitação, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 140/85

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, tem por objetivo revogar o parágrafo único, do artigo 18, da Lei 7.567, de 12 de janeiro de 1982, (Regimento de Custas Judiciais), ao qual é anexo do Projeto de Lei n. 150/85.

O presente projeto encontra-se prejudicado pelas recentes medidas econômicas aplicadas pelo Governo Federal.

Nestas condições, opinamos pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões, em 19.08.86.

(aa) ACIR MEZZADRI
Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO
Relator

Aprovado (Public. no DA 120, de 06.11.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 291/85

P A R E C E R:

Através do Projeto de Lei que leva o n. 291/85, o nobre Deputado Caíto Quintana propõe alteração no Regime de Custas dos Atos Judiciais.

Analizando a proposição, constatamos que, devido as recentes medidas tomadas em âmbito federal, na área econômica, a presente iniciativa encontra-se superada, razão pela qual opinamos pelo seu arquivamento.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
AMÉLIA HRUSCHKA
Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 291/85

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, o presente plano de lei tem por finalidade dar nova redação ao art. 49, da Lei n. 6.149, de 09.09.70, alterada pela Lei n. 7.567 de 08.01.82, conforme específica.

Analizando a sua legalidade e contitucionalidade houve o pronunciamento contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça com a alegação de que as modificações na área econômica havida em nosso País o inviabilizaram.

Porém, no aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que a matéria aqui tratada visa adequar uma situação de reajuste nas custas judiciais, em períodos e em bases que acompanhassem o processo inflacionário vigente no País.

Adaptando-se o projeto nos moldes da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos, temos que é perfeitamente viável a proposição em tela, já que a intenção do seu autor é manter uma estabilidade na cobrança das custas judiciais em cada período que haja uma oscilação na situação financeira vigente.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma da Emenda Substitutiva que apresentamos.

Sala das Comissões, em 19.08.86.

(aa) ACIR MEZZADRI
Presidente
AUGUSTO CARNEIRO
Relator

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Sobre a mesa, requerimento do Sr. De-

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 223/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que denomina Escola de 1º Grau "Professor RUY VIRMOND MARQUES", a antiga Escola de 1º Grau MAHATMA GHANDI, situada no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 97 de 24.09.85)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 223/85

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Nilso Sguarezi, denomina Escola de 1º Grau "Professor RUY VIRMOND MARQUES", a antiga Escola de 1º Grau "Mahatma Ghandi", situada no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

A medida visa homenagear Ruy Virmond Marques, brasileiro, professor catedrático, odontólogo, radioamador, fundador da sociedade de assistência aos idosos denominada Serviços de Obras Sociais, Presidente da Cia. de Água e Esgoto de Guarapuava, Presidente do Sindicato Rural daquela cidade, Presidente do tradicional Clube Guaíra, que destacou-se sobremaneira dentro da vida e da comunidade guarapuavana e que durante mais de trinta anos realizou relevantes serviços que marcaram a história da cidade de Guarapuava.

A matéria, sob o ponto de vista do interesse deste Augusto Colendo, ou seja, os seus aspectos constitucionais, legais e regimentais, não possui impedimento de qualquer natureza ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 291/85, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que dá nova redação ao art. 49, da Lei n. 6149, de 09.09.70, modificado pelo art. 23, da Lei n. 7567, de 08.01.82, mantido seu parágrafo único. (As Tabelas constantes do Anexo desta Lei serão atualizadas semestralmente, a 1º/05 e 1º/11, na variação nominal das ORTNs, no período, sendo o valor comunicado por ato do Corregedor da Justiça). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade.

putado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Assembléia, do pronunciamento feito pelo Sr. Presidente da Cooperativa Agropecuária Goioerê - COAGEL, feita por ocasião da inauguração da primeira indústria de fiação de grande porte, na Microrregião de GOIOERÊ. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, viabilizando a destinação de uma viatura, devidamente equipada, para o Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de uma clínica odontológica, no Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, viabilizando a implantação de um posto telefônico, na localidade de São Martinho, no Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a construção de uma sede própria, para a agência dessa instituição bancária, no Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, viabilizando a destinação de um gabinete dentário, para o centro de saúde do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, pelo 23. aniversário de funcionamento da Televisão Coroados Canal 3, do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de acesso, com revestimento primário, ligando o Distrito de Aparecidinha D'Oeste, ao asfalto de São Miguel do Iguaçu à Missal, passando pelo Distrito de Caramuru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Na condição de professor não poderia permanecer silente, quando adentram a esta Casa, colegas, originários das mais diferentes regiões do Estado do Paraná, que vêm apresentar, de forma pacífica e ordeira, a sua reivindicação por melhores condições para o exercício de suas importantes atividades.

A remuneração do professor, Senhor Presidente, Senhores Deputados é fundamental para que possa ter a necessária serenidade para desenvolver a nobre função de formação de caracteres das novas gerações. Por isso que, quando o professor, fazendo uma avaliação daquilo que, ao final do mês, está à sua disposição para a aquisição de bens necessários, conclui que tal recebimento é insuficiente, deve se respeitado, porque o professor tem uma capacidade de avaliação inerente a sua própria condição de educador.

Outrossim, Senhor Presidente, há entre aqueles que estão fazendo as reivindicações, os que lembram da necessidade de um tratamento mais condizente com aqueles que estão contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, o Estatuto do Magistério foi uma das grandes conquistas da classe e esta conquista deverá ser estendida a todas aquelas pessoas que, em igualdade de condições, estão desenvolvendo as funções de ensinar.

Por isso, venho trazer a minha solidariedade à classe do magistério público paranaense, neste momento em que se observam muitas dificuldades para o atendimento das necessidades básicas das famílias.

Acreditamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Senhor Governador do Estado, que a Senhora Secretária da Educação e os demais integrantes da equipe governamental que têm relação com este magno assunto, terão a sensibilidade para encontrar a solução que todo o Paraná está desejando, para que os professores venham continuar o desenvolvimento das suas atribuições, de modo a proporcionar a todos os seus alunos, a todos os pais, e também aos

familiares dos próprios professores, a plena satisfação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
Concedo a palavra para Explicações Pessoais, ao Senhor Deputado Tadeu França, por quinze minutos.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

É uma satisfação imensa contar aqui no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença significativa de professores que representam todos os municípios do Estado do Paraná. Nós pretendemos, neste exato momento, enfatizar que, a luta dos professores é uma luta solidária, coerente, objetiva e vai culminar, temos absoluta certeza, com um novo Brasil, em termos de Constituinte, quando verbas expressivas terão que ser canalizadas para a educação. E, sem qualquer exagero nós somos daqueles que acreditam que, pelo menos 30% do orçamento do País tem que estar voltado para a educação, para que o professor no amanhã, não precise mais realizar passeatas; para que vinte milhões de menores abandonados possam através da educação ter o seu espaço de redenção; para que o professor não seja mais humilhado, sendo tanguado a pernoitar sob toscas lonas, em frente ao Palácio Iguazu, ao lado de nossa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós pretendemos e acreditamos no novo alvorecer para a educação. Em termos de passado, e nós estamos aqui diante de professores, com os quais tantas vezes nós participamos de movimentos grevistas, ao lado de todos eles nós desfiliávamos em passado ainda recente, pelas mesmas avenidas, pelas mesmas praças levando avante as reivindicações do magistério do Estado do Paraná.

É por esta razão, que nós entendemos da maior justiça, o início das negociações com o Governo do Estado do Paraná, para que nós possamos através do diálogo franco e aberto atender às reivindicações, todas elas que forem exequíveis, objetivando solucionar um problema, que vem se arrastando há muitos anos em nosso Estado.

Nós pretendemos ainda, juntamente com a nossa posição, e todos os Parlamentares são testemunhas daquilo que nós sempre dissemos. Aqui nesta Casa, sou o Deputado, o único que também é professor da rede estadual de ensino. Inúmeras vezes tenho enfatizado que, se estou como Deputado, o que sou mesmo é professor. Em todos os momentos do nosso mandato, em todas as situações difíceis, quando professores remanescentes viajavam 100, 200, 400 quilôme-

tros para ministrarem suas aulas, a nossa voz se fez presente, e através de um projeto de lei, ou do estágio probatório, reconhecido como o tempo de serviço prestado pelo professor ao Estado do Paraná, nós fizemos aquilo que estava ao nosso alcance, para tentar resolver tão grave problema.

Ainda em tempo menos recente, nós votamos favoravelmente à emenda que concedia o piso de três salários-mínimos para o professor do Paraná. E por que assim agimos? Porque seria trair a nossa consciência, da nossa parte que, tantas vezes participamos de movimentos de greve, lutando naquela época por reajuste semestral, pelo 13º salário e, na nossa mente está muito clara ainda a bandeira pela qual nós clamávamos em praça pública, quando exatamente, clamávamos pelo piso de três salários-mínimos.

É por ser, portanto, uma bandeira justa, uma questão de coerência, que nós jamais poderíamos hoje, lutar o discurso que, ainda ontem nós fazíamos em praça pública, e perante todos os nossos irmãos do Paraná.

É dessa maneira, portanto, que nós saudamos os professores... Em nosso Governo e no novo dia do Parlamento Estadual, juntamente com professores que aqui se fazem presentes, nós nunca tivemos sequer acolhida nesta Casa de Leis.

Em passado ainda recente os professores enfrentaram - e juntamente com eles, é bom que nós nos lembremos -, nós enfrentamos cães amestrados, nós enfrentamos cacetetes, enfrentamos a repressão. Alguma coisa mudou, mas o que nós queremos acima de tudo, e podemos anunciar aqui que o Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Adhail Sprenger Passos, já convocou a nossa Comissão para que amanhã às onze horas possamos discutir o papel e a função que nós, Deputados que integramos a Comissão de Educação, deveremos desempenhar para que possamos colocar fim a um processo que todos nós gostaríamos imensamente que não tivesse acontecido.

Ainda ontem, durante o dia, conversamos com o Senador Álvaro Dias e pedimos para que ele pessoalmente, pudesse fazer com que da sua parte todos os esforços fossem envidados a fim de que esse impasse pudesse ter um fecho porque nós estamos plenamente conscientes de que o professor não quer a greve, o professor não quer de forma alguma permanecer aqui no Centro Cívico, o professor não quer - e nós da nossa parte também não queremos que esse professor venha expor a sua saúde numa manifestação de protesto que entendemos justa, mas que é, sabemos disso, um recurso extremo de que se vale o professor num mo-

mento em que o Plano Cruzado de fato existiu, mas que em função dos ângios é preciso que se coloque um anti-âgio no salário de quem trabalha, em especial do professor.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acreditamos ser da maior importância a aproximação, o encontro e a abertura de diálogo entre professores e Governo. É por esta razão que nós aqui estamos com essa nossa manifestação. Sabemos que no momento em que grupos multinacionais, em especial os senhores latifundiários do boi e da terra, estão fazendo com que não haja a carne e o leite na mesa do trabalhador. Sabemos que a partir do momento em que, através do empréstimo compulsório, o professor e os demais trabalhadores do nosso País não podem e não têm condições de contribuir com o empréstimo compulsório. O professor que tem dois padrões é obrigado a usar o seu veículo para atender locais diferentes em termos de Magistério. Só que o professor não tem como arcar com o ônus do combustível, arcar com a exigência que aí foi colocada.

Nós lutamos neste Parlamento para que, através do regime diferenciado de trabalho, fosse acabada aquela excrescência - é assim que nós a consideramos - de dois padrões que faz com que o professor tenha que se deslocar por estradas, que faz com que o professor, às vezes aposentado por um padrão, tenha que cumprir estágio probatório em outro padrão.

Nós apresentamos meus caros professores aqui presentes, projetos; alguns tiveram êxito, outros não. Projetos, por exemplo, como algum que fixava que, independentemente do tempo de serviço, nenhuma professora iria ministrar aulas após sessenta anos e nenhum professor após os sessenta e cinco anos de idade.

A estabilidade, a situação dos inativos nós reconhecemos; algumas bandeiras triunfantes foram concedidas ao professor do Paraná, de cujo meio e em cujo quadro tenho particularmente a honra de ser integrante.

É desta forma, portanto, colocando a nossa posição bem clara a favor do diálogo, colocando a nossa certeza de que o Governo do PMDB, ainda antes do encerramento, ainda antes do prazo de outorga de transferência de Governo àquele que será eleito pelo povo nas urnas a 15 de novembro para governar o Paraná, deverá deixar consolidado, ainda no atual governo. E é essa a posição que, intransigentemente, estamos colocando em todas as esferas de governo e particularmente ontem, em diálogo que mantivemos com o Senador Álvaro Dias, o piso de três salários, pelo menos, esta colocação sempre foi a nossa bandeira. Nós pretendemos na reunião de amanhã, analisar, cuidadosamente, juntamente com

os professores, o teor das demais reivindicações. Mas, falamos que é questão de honra para o Governo do PMDB, ainda neste governo, concedermos três salários-mínimos com piso na carreira inicial. Porque esta foi a posição que nós sempre defendemos, foi a posição em nome a qual nós também estivemos ao seu lado, professor, como integrante de todos os movimentos reivindicatórios da classe dos professores do Paraná.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados. As nossas boas-vindas e o nosso muito obrigado, como professor, aos professores que lotam o plenário desta Casa, nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra para Explicações Pessoais ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa saudação aos professores, às professoras, aos valorosos mestres que honram o Poder Legislativo do Paraná com o comparecimento maciço às galerias desta Casa de Leis. E na condição de Líder da Bancada do PDT, Senhor Presidente e Senhores Deputados, reafirmamos a nossa manifestação de apoio, de solidariedade aos professores do Paraná, que hoje, certamente até constrangidos, estão num movimento grevista apenas e tão somente cobrando do Governo, aquilo que nos palanques eleitorais de 1982, foi prometido pelo PMDB aos professores do Paraná.

Recentemente, tivemos uma audiência com o Governador João Elísio e pudemos dizer ao Senhor Governador que se Sua Excelência não concedesse, imediatamente, o aumento ao funcionalismo público do Paraná, incluindo-se os professores, se deflagraria um grande movimento de greves no Paraná, e chegamos até prever, acampamento de professores à porta do Palácio Iguaçu. Chegamos a sugerir ao Senhor Governador, mesmo sendo de um partido adversário ao atual Governo do Paraná, mesmo sendo oposição ao Senhor Governador, fizemos um apelo dramático para que Sua Excelência concedesse o aumento ao funcionalismo, como único remédio, única maneira, para evitar essa greve.

Eu tenho certeza que hoje, professores e professoras, gostariam quem sabe a esta hora, de estar numa sala de aula, levando educação, levando cultura aos estudantes do nosso Paraná. Infelizmente, Senhor Presidente, hoje temos que ocupar a tribuna, até para condenar a posição do Governo em relação a esta greve. Chegando há pouco nas imediações da Assembléia Legislativa, ficamos até com medo que estivesse explo-

dido alguma outra revolução no Brasil, porque a área toda do Centro Cívico está tomada por policiais fortemente armados, como bem disse o jornalista Enock em sua coluna no jornal de hoje, - a polícia armada, fortemente armada para reprimir os professores que também estão fortemente armados e que vieram em passeata acampar no Palácio Iguazu. E qual é a arma do professor.

Não é a metralhadora, não é o fuzil, não é o cacete da Polícia Militar, mas a única arma que o professor certamente trouxe nesta passeata, neste acampamento, foi a caneta esferográfica que não fará mal algum à repressão policial imposta em toda área do Centro Cívico, num espetáculo indigno de um País democrático como o nosso Brasil.

Por esta razão sugiro aqui que o Governador, ao invés de colocar tropa de choque na rua para amedrontar os professores, como amedrontou os bancários que fizeram greve, numa tentativa de esvaziar o movimento e que o Governo conseguiu com a Polícia, com a tropa de choque na rua, sugiro ao Governador que ao invés de usar a Polícia para reprimir o professor, ou colocar medo nos mestres, use esta Polícia para combater a criminalidade, os marginais, os estupradores, aqueles inimigos da paz e da liberdade. (Palmas).

O professor não vai invadir o Palácio, não vai depredá-lo, não vai invadir a Assembleia Legislativa. Eles querem apenas cobrar e, com muita razão, o cumprimento das promessas que foram feitas pelos homens que estão no Poder no dia de hoje.

Por esta razão, venho à tribuna dizer que o meu Partido, o PDT, está ao lado dos professores, como estava ao lado dos professores também, o então Senador José Richa, que numa tribuna como esta, a tribuna do Senado Federal, em 1981, na condição de candidato a Governador do Paraná, criticava veementemente o Governo do passado e dava o seu apoio aos professores, dizendo, inclusive textualmente - está na fita magnética, está no Diário do Congresso, que o professor do Paraná teria que ganhar um piso superior a três salários mínimos por mês. E vejo com tristeza o Governador João Elísio, fazendo uma proposta para os professores, inclusive de um aumento para o mês de junho, quando Sua Excelência não será mais o Governador do Paraná. (Palmas).

Daqui a pouco os governantes começarão a fazer propostas de reajustes salariais para daqui a dois anos, daqui a quatro anos, daqui a dez anos, e isto não convence, não agrada e não satisfaz os nossos professores.

É bom lembrar que a arrecadação do Estado está excelente, porque o Governo in-

centivou aí, com o Plano Cruzado. O povo passou a exigir a nota fiscal, o comerciante está fornecendo muito mais nota fiscal. Conseqüentemente, pagando muito mais imposto. O Governo está arrecadando bem. O cofre está abarrotado de dinheiro. Está numa situação privilegiadíssima o Governo do Paraná, no tocante à arrecadação.

Mas, do outro lado, está o custo de vida desesperador, porque o próprio Governo já admite, já reconhece que o Plano Cruzado está furado, que o custo de vida neste ano poderá ser de um aumento que vai oscilar de 40 a 50%, a bem da verdade, os professores estão querendo um reajuste para efeito de reposição salarial, para cumprir parte daquilo que já perderam nos últimos anos.

Lembro ao concluir, que o Governador Leonel Brizola deu aumento de 40% no Rio de Janeiro, o Governador Franco Montoro deu aumento de 32% para o funcionalismo de São Paulo. E a nossa esperança e o nosso APELO ao Sr. Governador João Elísio, é para que tire as tropas do Centro Cívico e faça uma mensagem a esta Casa, dando as vantagens, as melhorias, atenda as reivindicações desta gente tão laboriosa, que são os nossos professores e que têm todo o nosso apoio.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, fazer as minhas saudações aos professores aqui presentes e apresentar a nossa solidariedade ao movimento feito pela classe.

Ontem, recebi em meu gabinete, vários professores da região do Vale do Ivaí. Com eles conversei e senti a preocupação. Vim a esta tribuna fazer um apelo ao Sr. Governador, porque quando temos uma Secretaria acéfala e sem administração, com autoritarismo imperando, é preciso que o Governador tome providências, porque, se tivesse uma Secretária cumprindo com o seu dever, talvez não precisasse a interferência do Governador do Estado.

Em vim à tribuna, porque li as declarações da Secretária Gilda Poli, divulgada através do "O Estado do Paraná", do dia 20, quando ela diz que o movimento dos professores é político, que nós vivemos outros tempos, e que 1982 justificava e que também ela participou. De fato vem de outros tempos, porque a Secretária hoje esqueceu que é professora. Ela está aposentada, recebendo uma aposentadoria da Secretaria de Estado, esqueceu a sua classe. Ela deveria, na qualidade de professor-

ra, fazer as ponderações ao Governador do Estado.

Com o "pacote econômico" de fevereiro, o professor e todo o funcionário público já enfrentou uma defasagem nos seus vencimentos. Não bastasse isso, a Secretária não teve a capacidade de justificar ao governador do Estado, que o professor, com o salário que tem, não leciona num único estabelecimento. Muitas vezes tem que se deslocar de uma cidade para outra. Está aí, mais a despesa do combustível, com o "compulsório". Nada disso é computado. Será que o professor não inclui na sua despesa mensal, porque é "empréstimo compulsório"? Será que isso não é mais uma despesa? É preciso que pondere tudo isso.

Nós não podemos aceitar a justificativa de que não dialogo com grevista, propondo um aumento a partir de janeiro e junho do ano que vem. O ano que vem já é outro Governo. Janeiro já não adianta mais. O professor não está pedindo nada. O professor só está pedindo que o Governo cumpra com a promessa assumida, com o compromisso assumido em praça pública. O professor não quer greve. O professor é professor, é também um chefe de família, não quer ver o aluno com suas férias prejudicadas. Ninguém quer nada disso. O que o professor quer é que se dê uma remuneração condigna e que a Secretaria da Educação tenha uma administração tenha uma administração séria, que verifique o número de professores lotados no Estado do Paraná e o número de professores que estão no manejo de classe, que verifique os movimentos feitos pela Secretária de Educação, deslocando professor da sala de aula e às vezes, por várias localidades no Estado do Paraná, com movimento estranho ao interesse da própria classe.

Porisso, fazemos um apelo ao Governador do Estado, que reconsidere a sua posição, porque o momento não é de discurso, o momento é de ação, de ação principalmente de quem está no Governo, porque não adianta nada nós falarmos. Nós temos é que decidir. É preciso que o Governo mande retirar as placas que está fechando todo o Centro Cívico, tirar essas placas, porque nós sabemos que qualquer coisa que contrarie este movimento policial que cerca todo o Centro Cívico, funcionará o cassete e tudo aquilo que é criticado.

É preciso que o Governo tome providência urgente e que possa o professor retornar aos seus municípios, retornar ao seu estabelecimento de ensino. Cumprindo o seu dever como sempre cumpriu, o de ensinar os nossos filhos. É muito tranquilo para quem está no poder, fazer pronunciamentos tranquilos, porque está numa situação acomodada como está a Secretaria da Educação, mas não pensa que ela poderia estar hoje

na mesma dificuldade do professor, como esteve no último movimento, quando os professores conseguiram um piso salarial de 2.2. que não deve obrigação a ninguém, nem ao Governo passado e nem ao atual Governo, porque conseguiram num movimento de greve.

E o que aconteceu? O Governo propõe ao Poder Legislativo uma redução para 1.7, quando no movimento feito nesta Casa, para que mantivesse e concedesse os três salários. Com muita luta foi mantido o 2.2, que não foi favor nenhum porque o professor já tinha 2.2.

Que o Governo reveja esta situação. Que diminua um pouco com os gastos de publicidade; que pare com as corrupções que foi tão criticado; que os movimentos, que os empréstimos no exterior, que o movimento dos dólares seja revertido em favor de quem trabalha.

Não é só o professor que está a clamar, mas toda a classe do funcionário público que necessita de um amparo, de uma assistência mais justa para que ele possa trabalhar com mais tranquilidade.

E, eu espero que o Governo tenha a sensibilidade de decidir. Chega o que nós estamos vendo na frente do Palácio há já vários meses, sem a capacidade de decidir o Movimento dos Sem-terra. Será que o Governo vai ficar sem tomar uma decisão e deixando os professores parados, acampados também?

É preciso que se tome uma decisão. O diálogo não prejudica a ninguém. O professor não vai agredir ninguém. Tirem essas placas, conversem com o professor, conversem com a Associação, conversem com a Comissão e cheguem a um entendimento porque é isto o que o professor quer.

Terão os professores a solidariedade de toda a nossa bancada e eu tenho certeza também e o meu apelo também que a bancada do PMDB, porque esta não precisa apresentar solidariedade.

Ela precisa de ação e exigir do Governo que cumpra com os compromissos assumidos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 195/85, 333/85, 339/85, 40/86, 43/86, 82/86, 93/86, 94/83, 127/86, 203/86

e dos Projetos de Resolução ns. 58/86 à 61/86, 85/86

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 113/83, 50/85, 140/85, 223/85, 291/85

^a
1. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.
66/86, 67/86, 70/86, 77/86, 85/86,
131/86.

Levanta-se a sessão

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA
CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.
DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO
DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1986.

Pronunciamento do Sr.
Francisco Scarpari Neto

- Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná:
Dr. João Elísio Ferraz de Campos
- Excelentíssimo Senhor Ex-Governador:
Dr. José Richa
- Excelentíssimo Senhor Presidente da CFP
Companhia de Financiamento da Produção:
Ignácio Mammana Neto
- Excelentíssimo Senhor Presidente do BNCC
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A:
Jandir Dalpasquale
- Excelentíssimo Senhor Diretor de Crédito
Rural do Banco do Brasil S/A.
Dr. Sebastião Rodrigues
- Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio.
Dr. Fernando Miranda
- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal:
Hélio Duque
- Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais:
Antônio Annibelli
Amélia Hruschka
- Excelentíssimos Senhores Darci Deitos e Irineu Brzezinski
- Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Goioerê:
Vicente Massahiro Okamoto
- Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Goioerê:
Valdiney José Peloi
- Excelentíssimos Senhores Juizes de Direito da Comarca de Goioerê:
Dr. Rui Portugal Bacellar
Dra. Talma França de Andrade
- Excelentíssimo Senhor Representante da OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná:
José da Luz Uchoa
- Demais autoridades civis, militares e eclesiásticas;
- Dirigentes de Cooperativas;
- Dirigentes de Entidades Financeiras;
- Senhoras, Senhores ...
- Caros Companheiros e Associados da COAGEL!

Neste dia de festa, em que é inaugurada e entregue aos quatro mil sócios da COAGEL, a primeira indústria de grande porte da microrregião de Goioerê, é oportuno voltarmos um pouco ao passado para

relembrarmos alguns fatos que julgamos importantes.

A COAGEL - Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda, foi fundada em 1974 por quarenta e dois produtores, premidos pela necessidade de comercializar seus produtos e adquirir insumos para seu consumo.

Teve como primeiro presidente o senhor Antônio Sestak, tendo este pioneiro ficado na direção até fevereiro de 1975, quando expirou o seu mandato.

A Cooperativa, ainda muito nova, foi pouco a pouco passando por imensas dificuldades, chegando a uma situação pré-falimentar em fins de 1977.

Nesta época, assumiu a presidência da COAGEL, o Senhor João Apoloni, que, por motivos particulares, teve que licenciarse logo em seguida, dando lugar àquele que viria a tornar-se o maior líder que a COAGEL já teve:

Ignacio Mammana Neto.

Passou-se o tempo, a luta continuou, e a idéia começou a tomar forma, encontrando eco, finalmente, na pessoa do então candidato a Governador - Senador José Richa.

Quando aqui esteve em campanha, sensibilizou-se com o argumento de que o Paraná, sendo o maior produtor de algodão nacional, possuía somente um por cento da indústria de fios no Brasil.

José Richa, em praça pública, deu-nos esperanças de ver este sonho tornar-se realidade.

Eleito, colocou em pauta de seu plano de Governo, o incremento da indústria têxtil paranaense.

Finalmente em 1984, começaram a delinear-se as formas para a realização deste plano.

Havia recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para agroindústria e ainda não utilizados, e que necessitavam de contrapartida nacional.

O Governo do Estado, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A. (BNCC), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), prontamente dispuseram-se a dar esta contrapartida, e assim foram iniciados os projetos, não de uma, mas de seis fiações no Estado do Paraná.

Ao seu lado, a empresa contou com a ajuda de grandes cooperativistas, como: Mário José Corrêa Ribeiro, João Alves Maciel, Pedro Turkiewicz, Eligio Zandonadi, Ishamu Shimizu, Pedro Augusto Marques, Dorival Cavalcanti, Armelindo Favoreto e José Arrabal Perandrê, dentre outros.

Com a indispensável assessoria de Hudson Carlos Medeiros Guimarães e, com o apoio de poucos cooperados, este grupo to-

mou as rédeas da cooperativa e, com muita luta, determinação e sacrifícios, levou a COAGEL a ocupar um lugar de destaque no cenário cooperativista paranaense.

Hoje, a COAGEL é a principal empresa da região, e está entre as vinte e cinco maiores do Paraná.

Por volta daquela época, em palestras a Associados e produtores, Ignácio Mammana falava da importância da Agroindústria para o setor, e mencionava mais especificamente aquilo que, para muitos, era a visão de um sonhador:

"CONSTRUÇÃO DE UMA FIAÇÃO QUE INDUSTRIALIZARIA O ALGODÃO AQUI PRODUZIDO"

Para os céticos, a idéia não passava de uma utopia, pois não tínhamos tradição, e muito menos, recursos para realizá-la.

O Governador José Richa, teve a sensibilidade de destinar estas fiações às cooperativas e não a grandes grupos.

Entendia ele que, fortalecendo as cooperativas, estaria fortalecendo os pequenos produtores e a pequena propriedade, evitando assim que a descapitalização da Agricultura contribuísse para inchar ainda mais as grandes cidades e aumentassem os latifúndios.

Iniciaram-se os trabalhos, porém os projetos indicavam que se não houvesse uma ajuda suplementar, estes seriam inviáveis.

Foi quando as cooperativas encontram na pessoa do então presidente do BADEP e Secretário das Finanças, hoje o Governador João Elísio Ferraz de Campos, o apoio decisivo para a realização dos projetos.

Personalidade segura, corajosa e sem medo de assumir riscos, João Elísio determinou aos técnicos da Secretaria de Finanças que estudassem no menor tempo possível, o que fosse necessário para que o programa das fiações fosse concretizado.

Preparou-se então um plano de financiamento para as cooperativas, com prazo de quarenta meses para pagamento com juros abaixo, do mercado, repassados com os recursos gerados pelas próprias fiações.

Graças a estas pessoas e entidades, em dezoito meses brotaram no Paraná, as fiações das cooperativas de Campo Mourão (COAMO), de Maringá (COCAMAR), de Toledo (COOPAGRO), de Mandaguari (COCARI) e a de Goioerê (COAGEL), além de uma outra situada em Maringá, pertencente às quatro últimas com vinte e cinco por cento de participação cada uma, denominada de Cooperfios S/A.

Temos a certeza, que surgirão ainda mais outras unidades que processarão grande parte do algodão produzido no Estado.

Numa reação em cadeia, as fiações deverão trazer às tecelagens, às malharias e às confecções que gerarão milhares de em-

pregos, receitas com impostos e melhoria na qualidade de vida para os paranaenses.

Para que este processo se inicie, a COAGEL está disposta a estudar o fornecimento de fios às empresas que, em Goioerê desejarem se instalar. O Paraná já demonstra há muito tempo que é um Estado que possui um povo trabalhador e que tem a agricultura mais desenvolvida do País. Entretanto, isto só não basta, pois produzir e exportar matéria-prima, deixa muito pouco ao Estado.

É preciso aproveitar esta matéria-prima, valer-se do momento favorável, a fim de multiplicar a riqueza aqui gerada através da industrialização.

Temos a seguir o exemplo do Estado de São Paulo:

A partir de sua agricultura, transformou-se no maior pólo industrial da América Latina.

O exemplo da multiplicação que a industrialização produz, aqui está: enquanto um quilo de algodão em caroço do produtor vale Cz\$ 4,00 cruzados e 50 centavos, um quilo de fio vale Cz\$ 50,00 cruzados.

Industrializando-se 1/4 do recebimento de algodão da cooperativa, obteremos o mesmo faturamento de uma safra de algodão inteira.

Com esta indústria estão criados 240 novos empregos, com salário-médio de Cz\$ 2.000,00 mil cruzados. A arrecadação de ICM será incrementada em Cz\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzados) anuais.

O Governador João Elísio dá-nos hoje a prova de continuidade da política agroindustrial implantada por José Richa.

Apelamos aos futuros Governantes do Estado que dêem prosseguimento a este programa, dispensando especial atenção às cooperativas paranaenses, visto que estas movimentam cerca de sessenta por cento da agropecuária do Estado.

O fortalecimento das cooperativas, é o fortalecimento do pequeno produtor. É a fixação da mão-de-obra no interior. É uma melhor distribuição de riquezas.

E É FATOR DECISIVO DE JUSTIÇA SOCIAL

Antes de concluir, é necessário que façamos alguns agradecimentos: ao Governo do Estado, ao BNCC, ao BRDE, ao BADEP; ao BID, à FINAME, à FINEP, ao BNDES e à Secretaria das Finanças, desde seus dirigentes aos seus técnicos e funcionários, bem como aos nossos empregados, cuja dedicação possibilitou a implantação dessas fiações neste curto período de tempo.

É preciso também que aqui se diga de público, do nosso agradecimento aos dirigentes e funcionários da COCAMAR, que não se furtaram em partilhar o seu conhecimento com as outras cooperativas ainda ini-

ciantes no ramo.

Aos Doutores Fernando Craidy, Ivan Petry, Edmondo Triolo e Giovanni Rosseto - nossos consultores, aos nossos fornecedores e à Construtora Piacentini, que cumpriram seus contratos nos tempos hábeis estipulados.

Ao Prefeito Municipal Vicente Massahiro Okamoto, que prontamente nos ofereceu a terraplenagem do terreno e o asfalto que cerca o prédio.

Ao Legislativo Municipal que aprovou a doação de parte da Avenida Brasília, para que fosse possível a localização da indústria.

A COAGEL não poderia também, deixar de agradecer às entidades financeiras, que

nos apoiaram em fins de 1984 e durante 1985, acreditando em nossos objetivos e honestidade de propósitos, dando-nos crédito nos momentos mais difíceis pelos quais a COAGEL passou naquele período.

Agradecemos, também, o apoio e a compreensão que nossas esposas e filhos nos deram, privando-se do nosso convívio familiar, entendendo que o nosso sacrifício é por uma causa justa.

Finalizando:

Queremos fazer um especial agradecimento ao maior patrimônio da Cooperativa - QUE SÃO OS NOSSOS ASSOCIADOS, pois sem o apoio destes, NADA HAVERIA HOJE PARA INAUGURAR.

MUITO OBRIGADO.